CONEIN, B.; COURTINE, J.-J.; GADET, F.; MARANDIN, J.-M.; PÊCHEUX, M. (orgs.). **Materialidades discursivas**. Tradução de Débora Massmann, Maria Onice Payer, José Horta Nunes, Freda Indursky, Eduardo Alves Rodrigues, Mônica Graciela Zoppi-Fontana, Tatiane Freire de Moura, Ana Cláudia Fernandes Ferreira, Greciely Cristina da Costa, Heloisa Monteiro Rosário, Eni Puccinelli Orlandi, Gabriel Leopoldino dos Santos, Luiza Katia A. Castello Branco, Mariza Vieira da Silva, Marcos Aurélio Barbai, Lauro José Siqueira Baldini, Cristiane Dias. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. 336p. [Coleção A espessura da Linguagem]

MATERIALIDADES DISCURSIVAS - RESENHA

JOSÉ HORTA NUNES¹

Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade
Laboratório de Estudos Urbanos – Rua Caio Graco Prado, Cidade Universitária
13083-892 – Campinas, SP – Brasil - Caixa-postal: 6166

johnunes@unicamp.br

O livro *Materialidades Discursivas*, publicado pela Editora da Unicamp, apresenta textos resultantes do Colóquio *Materialidades Discursivas*, realizado em Nanterre, na França, de 24 a 26 de abril de 1980. A tradução e publicação desses textos no Brasil, em um momento em que se multiplicam os estudos sobre a história da Análise de Discurso (AD), é muito oportuna, na medida em que traz a perspectiva de alguns protagonistas dessa história no lado francês (dentre os quais, Michel Pêcheux, Paul Henry, F. Gadet, J. Authier-Revuz, J.-J. Courtine, J.-M. Marandin, J. Guillaumou, D.

¹ Doutor em Linguística pela Unicamp; pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP. <http://lattes.cnpq.br/1024565396827015>.

Malidier, C. Haroche), juntamente com colaboradores - linguistas, historiadores, psicanalistas - que participaram vivamente de debates sobre o campo epistemológico da Análise de Discurso. O olhar que é projetado sobre a análise de discurso contempla já naquele momento uma visada histórica, tendo em vista avaliações críticas, perspectivas e reflexões sobre aspectos teóricos, metodologia, corpus, conceitos.

O que conduziu as discussões não foi a marcação de posição de uma ou outra disciplina, mas sim uma questão que atravessou as exposições: o que seriam as “materialidades discursivas”? Considera-se de partida que há práticas diversas que configuram um campo heterogêneo: “A questão das *materialidades discursivas* surge precisamente daquilo que, entre a história, a língua e o inconsciente, resulta como heterogeneidade irreduzível: um remoar de falas ouvidas, relatadas ou transcritas, uma profusão de escritos mencionando falas e outros escritos” (p. 24). Tal heterogeneidade não é vista como algo a ser suplantado em nome de um fechamento disciplinar ou da busca de uma teoria geral, mas sim como “fronteiras” a serem trabalhadas para se compreender melhor como são consideradas as materialidades discursivas em cada caso, de modo a trazer condições para os debates e propostas de reconfiguração. Tudo isso conduz hoje a uma apreensão da prática da análise de discurso que então se levava adiante, a qual questionava os limites e as conexões entre as disciplinas e relacionava, particularmente no contexto francês, autores ligados a instituições de pesquisa como o CNRS e os que se encontravam nas universidades, em uma relação marcada igualmente por questionamentos e fronteiras móveis, bem como por inestimáveis subsídios para novas práticas no campo, evitando-se a ilusão da totalidade e o isolamento do saber e da prática científica.

Em sua “Nota introdutória à tradução brasileira”, Eni Orlandi observa que a noção de “materialidade” muitas vezes é confundida simplesmente com “*corpus*”, “dados” ou “objeto de análise”. Na análise de discurso, no entanto, como mostra a autora, a noção está relacionada com o materialismo histórico, com a *práxis* que consiste na escrita da análise de discurso, definidora de seu estatuto de “entremeio”. A “materialidade” aí não está desvinculada, então, da reflexão teórica e metodológica, e de seus desenvolvimentos na história.

Os textos são organizados em cinco partes, de acordo com as especialidades presentes do colóquio, a começar pela análise de discurso (“Aonde vai a análise de discurso?”), em seguida a história (“Discurso e história”), a lógica (“Discurso e lógica”), a linguística (“Discurso e linguística”) e a psicanálise (“Discurso e psicanálise”). Note-se que a análise de discurso e a linguística são consideradas em partes separadas, na medida em que se considera que elas trabalham objetos específicos, sendo discutidos os limites e as inter-relações que cada objeto estabelece ao ser constituído. Como é ressaltado em algumas exposições, a análise de discurso configura-se a partir de uma produtiva relação a linguística, por meio do questionamento de seus limites e da consideração do que é tido como seu exterior, seu resíduo, especialmente no que tem a ver com o sentido, com a história, com o sujeito. É justamente na relação entre língua e discurso que se situam grande parte das questões debatidas durante o colóquio, não obstante a diversidade de disciplinas, revendo-se as fronteiras dos objetos, as questões teóricas, a seleção dos materiais de análise, os procedimentos metodológicos, os percursos e resultados de

análises, Nesse direcionamento, vale ressaltar que as exposições estão baseadas em análises efetivas, das quais os materiais, em vista do tema do colóquio, recebem uma atenção redobrada para as formulações do debate.

A primeira parte, “Aonde vai a análise de discurso?”, reúne dois textos que abordam a questão do objeto da análise de discurso, tocando também no objeto da linguística. O primeiro, de Jean-Jacques Courtine (Grenoble II) e Jean-Marie Marandin (Paris), “Que objeto para a análise de discurso”, indica novos rumos teóricos e metodológicos para a AD, repensando conceitos já trabalhados na área, como os de *interdiscurso* e *formação discursiva*, e trazendo para isso a noção de “heterogeneidade”. Os autores fazem uma crítica à “homogeneidade”, à “identidade” da formação discursiva, e propõem que ela seja considerada não em seus limites fixados mas como “heterogênea em relação a si mesma”. Se a formação discursiva era definida, até então, sobretudo pela remissão a uma posição inserida nas condições de produção dos discursos, ela passa a ser observada em um “processo de reconfiguração incessante” (p. 39) de suas fronteiras, na relação com outras formações discursivas, com o interdiscurso. Isso leva a questionar igualmente a formação do “corpus” de análise, na medida em que ele não se limita a discursos produzidos a partir de uma posição e em sincronia, mas se abre para séries discursivas provenientes de diferentes condições de produção históricas. Essas alterações vão de par com mudanças metodológicas, particularmente por meio de uma crítica ao trabalho com “classes de equivalência” e “palavras-pivô”, procedimentos estes ancorados na linguística, especialmente no distribucionalismo harrisiano, em favor de uma análise de “séries de formulações” e sua “repetição vertical”, com apoio na “arqueologia” foucaultiana e nos estudos da “repetição” de G. Deleuze. Esses impulsos para a repetição histórica, vertical, fazem com que as análises se afastem de uma descrição mais ancorada em uma tendência linguística, especialmente no sentido do estudo da frase e mesmo dos encadeamentos intradiscursivos, e explore aspectos interdiscursivos, por meio do percurso pelas séries de formulações, suas repetições, retomadas, e também os apagamentos, os esquecimentos, as denegações, ou seja, a relação entre o *mesmo* e o *diferente* nas redes e memória. Para isso, a noção de “enunciado” é crucial, na medida em que a heterogeneidade é observada na repetição dos enunciados em séries e as contradições são analisadas no que se chamam os “enunciados divididos”, “através dos quais se materializam linguisticamente as contradições interdiscursivas” (p. 44). O percurso de Courtine em direção à verticalidade do discurso levou a uma série de estudos sobre a memória discursiva, incluindo-se o jogo entre memória e esquecimento, o que trouxe condições propícias ao estudo dessa dimensão muitas vezes deixada de lado em análises estritamente linguísticas ou que se limitam a observar a heterogeneidade e seus efeitos no fio do discurso.

Ainda em relação ao objeto da análise de discurso, o texto de Pierre Kuentz (Paris VIII – Vincennes) conduz a refletir sobre os esquecimentos que a AD produz. Ele realiza um paralelo entre os estudos discursivos e os da retórica. Segundo o autor, na passagem da retórica clássica (Aristóteles, Cícero, Quintiliano) para a nova retórica, teria havido, assim como ocorreu com a constituição da linguística, uma série de esquecimentos. Kuentz fala de um “desmantelamento” do sistema antigo, uma “restrição do domínio da retórica à teoria das figuras pelo ‘abandono’ das quatro partes clássicas: *actio*, *dispositio*, *memoria*, *inventio*” (p. 57-58). E na linguística, por sua vez, teria ocorrido para sua

constituição uma “recusa da ‘*pronunciatio*’ ou da ‘*actio*’ (é o sentido da passagem da fonética à fonologia); da ‘*memória*’ (é o sentido do primado da sintaxe sobre a ‘semântica’); da ‘*dispositio*’ (é o sentido do primado da análise da frase sobre o enunciado) e da ‘*inventio*’ (é o sentido do primado da análise da forma sobre a análise do conteúdo)” (p. 59-60). Kuentz questiona, enfim, os próprios esquecimentos da análise de discurso: “Nessa perspectiva, a ‘redução à *ilocutio*’ seria um efeito da centralização da análise do discurso sobre a disciplina rigorosa que lhe abre a porta da ciência, a linguística. Tratar-se-ia, portanto, de um tipo de esquecimento metódico, no sentido em que há, em filosofia, uma dúvida metódica” (p. 60). A provocação de Kuentz fomenta a reflexão sobre o que se deixa de lado quando a AD toma um ou outro caminho teórico e metodológico, com consequências para o trabalho com as materialidades.

A segunda parte, “Discurso e História”, reúne quatro textos que levam adiante a proposta de analisar a heterogeneidade dos discursos, em contraposição às ilusões de homogeneidade. Dois grandes tipos são trabalhados: o discurso religioso e o discurso político, não para se reduzi-las a formas homogêneas ou a noções fixas de gênero e autoria, mas para se trabalhar a heterogeneidade discursiva, questionando-se a estabilidade dos discursos e mostrando-se diferentes posicionamentos internos.

No primeiro caso, o do discurso religioso, o texto de Daniel Vidal (CNRS - Centro de Estudos dos Movimentos Sociais), “O maldizer”, aborda três instâncias do século XVIII: a do discurso profético calvinista (profetismo do baixo languedociano e cevenol); a do discurso de seita (a seita dos Multiplicantes, de Montpellier); e a do discurso dos jansenistas convulsionários de Saint-Médard. O que está em jogo são “falas” (na “ponta da língua” ou “ocultas”) que fogem à “normalidade”, falas interdidas, que mostram um desnudamento do sujeito em situações dilacerantes, situações limites (doença, falência, queda, transe, morte, convulsão, martírio, etc.). Mas há também a escrita que busca recosturar o discurso, fixar uma fala imobilizada. Desse modo, são situações de profecia e seita em que estão em jogo a dissolução ou a restauração de relações sociais, a fragmentação ou a unificação, o fechamento ou a circulação dos discursos, a morte ou a vida. E as materialidades discursivas que surgem são incomuns, não triviais. Elas brotam de diversos modos: espasmos, gritos, soluços, matérias líquidas (baba, sangue). São materialidades de corpos em situação de “maldizer”, de “maldição”, de “mau dizer”. Na análise dessas situações limite, o autor trabalha a espacialidade do discurso, as diferentes instâncias de fala, as marcas de território, o fechamento do espaço ou a circulação.

Os outros três textos sobre a relação entre discurso e história abordam discursos políticos (da Revolução Francesa e do comunismo). O primeiro deles, de Bernard Conein (Paris VII), “Descrever um acontecimento político”, toma para análise discursos de “porta-vozes” durante a Revolução Francesa, particularmente enunciados de “agentes da pequena burguesia falando em nome do povo”, em discursos públicos que enunciam demandas de ação *em nome* do povo. Conein afirma que faz análise de enunciados como maneira de “fazer sociologia”. Ele descreve nos enunciados a designação dos agentes: “identificar um coletivo como povo e fazer desse coletivo a fonte de uma demanda é um fato discursivo”. Para isso, lança mão de um trabalho de arquivo (de “movimentos populares”, “revolucionários”, “insurreições parisienses”), contemplando a heterogeneidade discursiva: “O arquivo como suporte de descrição de acontecimentos se

desdobra em diferentes planos heterogêneos” (p. 87): o “plano da ação política” (com o agente enunciativo: o porta-voz; e o agente de uma ação: o povo) e o “plano da descrição do acontecimento” (documento e descrição do historiador: homogeneização referencial). Na busca de “reconstruir” o acontecimento, o historiador se depara com as materialidades de arquivo e produz uma escrita que inevitavelmente significa os agentes de um ou outro modo, trabalhando o social no histórico.

O texto de Ernesto Laclau (Universidade de Essex), “A política como construção do impensável”, toma para análise o discurso comunista do komintern (Terceira Internacional, 1919-1943), no qual está em jogo a “aceitabilidade das frentes populares”. Nesses discursos surgem novos objetos, como “nação” e “povo”, que são sustentados (discurso de Togliatti) ou rejeitados em um discurso totalizante, hegemônico (discurso de Trotsky), de maneira que é trabalhada na análise a heterogeneidade discursiva e as contradições que envolvem as diferentes posições. A política é vista aí como “construção do impensável” (p. 119), visto que cada discurso constitui objetos que são impensáveis um para o outro.

Jacques Guillaumou (E.N.S., St. Cloud) e Denise Maldidier (Paris X – Nanterre), no texto “‘O caso Fiszbin’, um exemplo de resistência”, tratam do discurso de um secretário do partido comunista, H. Fiszbin, em uma reunião do Bureau Político e do Secretariado da Federação de Paris, ocorrida em 11 de janeiro de 1979. O texto analisado é o relatório apresentado por Fiszbin ao Bureau político e as anotações feitas por seis membros do Secretariado Federal durante a discussão. Em busca da “memória do acontecimento”, Guillaumou e Maldidier analisam “os traços linguísticos do confronto verbal: emergência de palavras, jogos com a ambiguidade, designação do discurso do outro, efeitos retóricos” (p. 123). Eles mostram que, em torno da palavra “partido”, diferentes posicionamentos são sustentados pelos grupos dirigentes. Em relação a Fiszbin, conclui-se que “a resistência de dentro é, neste caso, antes de tudo, o apelo a voltar ao sujeito pleno do partido” (p. 144).

A terceira parte, “Discurso e Lógica”, traz dois textos que questionam as fronteiras do discurso, da lógica, do sujeito, da matemática, da linguagem. Singulares fronteiras essas que podem conter ou não o seu exterior, dando lugar ou não às contradições, a outros saberes, a outras subjetividades.

De uma perspectiva da matemática que leva em conta noções psicanalíticas, como o “desejo” e o “inconsciente”, Alain Lecomte (Grenoble II), em “A fronteira ausente”, aborda teorias do conjunto nas quais estão em jogo “questões de fronteira, de bordas, no discurso ou na gramaticalidade” (p. 152). Evocando o paradoxo russeliano do “conjunto de todos os conjuntos que não pertencem a eles mesmos”, Lecomte interroga “o modo pelo qual o discurso teórico reproduz uma ordem real”. Envolvendo lógica, matemática e discurso, apresenta uma topologia dos conjuntos, chegando a uma classificação com diferentes figuras topológicas, dentre as quais os “conjuntos com bordas, mas que não incluem suas bordas”, tal como ocorre em enunciados cuja fronteira “só seja dizível para incluir, de certas formas, seu outro”, e os “conjuntos com bordas, mas que incluem suas bordas: estes são os fechados”. O fechamento desses conjuntos lhes garantiria “um não encontro com seu exterior, pois ele seria visível do interior, mas os enunciados que lhes

correspondem só poderiam ser nomeados, ou seja, retomados em outros discursos, com a condição de *figurar nos discursos com sua vizinhança: isto é, um aberto que os contenha*” (p. 165). Assim, o autor mostra que há enunciados matemáticos cujo conjunto exclui a contradição, e discursos que ignoram a contradição, como o discurso do inconsciente. Nesse último caso, certos enunciados “são reconhecíveis ao englobar algo de seu outro”, como se dá em certas formas de discurso relatado (“eles dizem que defendem as liberdades (mas nós sabemos bem que...) e de discurso “entre aspas” (“O PC ‘defende as liberdades’ (É mesmo! Falamos disso!)”).

O texto de Paul Edmond Henry (CNRS – EHESS Paris), “Wittgenstein e a dupla negação”, também discute a questão das fronteiras na lógica, porém por uma outra via. Ele analisa o modo de enunciação do discurso filosófico de Wittgenstein. Ao identificar um enunciado desse autor que explicita uma dupla negação: “Há circunstâncias em que o homem não pode se enganar”, Paul Henry vê aí o traçado de uma fronteira que estabelece a enunciação de uma certeza, sem exterior. Assim, depois de abordar o percurso de Wittgenstein pela lógica, pela gramática, pelos “jogos de linguagem”, Henry conclui que em tudo isso há algo que já estava ali, causando seus efeitos, a linguagem: “A problemática dos ‘jogos de linguagem’ é sustentada por uma outra: diversos, heterogêneos, inscritos na história, os ‘jogos de linguagem’ emergem do fundo de algo que está sempre já lá, a saber, a linguagem. A comunicação e suas necessidades não podem exercer jurisdição sobre a linguagem se não há já linguagem” (p. 178). Desse modo, embora se tente excluir a linguagem da lógica, ela está ali presente, produzindo seus efeitos.

A quarta parte, “Discurso e Linguística”, contém quatro textos que abordam a questão da língua, da gramática, do fio do discurso, nas fronteiras entre o linguístico e o extralinguístico. São tratadas diversas formas de falhas, de faltas, de irregularidades, bem como tentativas de cobrir essas faltas, de explicá-las, de remediá-las. O que rompe e o que dá unidade à língua? Que lugares a constroem para o discurso nessas situações em que a língua falha?

O texto de Françoise Gadet (Universidade de Paris X), “Trapacear a língua”, aponta para um “fantasma da sintaxe imaginária”. São discursos sobre a língua, sobre a sintaxe, sobre o léxico, que significam a relação dos sujeitos com a gramática, com a regra. Além de tratar de discurso de escritores que dizem “violar as regras”, Gadet lista uma série de termos utilizados para “qualificar o que se pode fazer com a língua” (p. 190). Assim, temos a língua como “corpo”: *violentar, violar, torturar, respeitar, seguir, obedecer a/desobedecer a*; a língua como lugar do “interdito”: *atenuar, transgredir, trapacear, seguir, subverter, respeitar, obedecer a/desobedecer a*; a língua como “matéria”: *anular, rasgar, quebrar, espezinhar, absorver, pisotear, retornar, atenuar, triturar, renovar, remodelar, romper, limpar*. Gadet considera ainda autores, como Chomsky, que concebe “violações” em diferentes níveis da gramática, e Barthes, que diz “trapacear a língua”, justamente no momento em que define a literatura como um trabalho sobre a língua.

Em “Palavras mantidas à distância”, Jacqueline Authier (Paris III) aborda, de um ponto de vista enunciativo afetado pelo discurso, a “conotação autonímica”, analisando o

uso de aspas em uma série de enunciados. Na conotação autonímica há ao mesmo tempo uso e menção. Com as aspas de conotação autonímica, o locutor mantém a palavra à distância pela conotação de menção, mas ao mesmo tempo faz uso delas (ver p. 202-203). A palavra é mostrada como inadequada, de modo que surge um outro sentido evocado pelo locutor, produzindo-se uma tensão entre o que é exterior e o que é interior do discurso. Após explicitar formas de uso das aspas de conotação autonímica, a autora afirma: “As aspas indicam que, para o locutor, há uma borda que coloca um exterior em relação ao qual se constitui para ele, locutor, um interior - seu próprio discurso - no qual ele se reconhece. A zona na qual operam as aspas, que estabelecem esse exterior e esse interior, é uma zona de equilíbrio instável, de tensão, de compromisso, em que se definem a identidade do locutor e sua relação com o mundo exterior” (p. 217).

Michel Pêcheux (CNRS – Paris VII), em “O enunciado: encaixe, articulação e (des)ligação”, trabalha a relação entre língua e discurso, abordando a questão da ligação/desligação entre enunciados. Situa-se, para isso, no nível do “intradiscurso”, do fio do discurso. Pêcheux segue dois caminhos para compreender a relação entre enunciados: a conjunção (ligação, conexão) e o desencaixe (desligação, justaposição). Os enunciados são considerados, então, na sequenciação horizontal do discurso, mas também tendo em vista um exterior que aí incide para se fazer ou não sequência, o interdiscurso. O autor menciona dois casos de escrita: a “escrita de encaixe”, como no discurso jurídico (“código civil”) e na literatura de Borges, em que ocorre uma “subversão da lógica no espaço da lógica”, com enigmas, narcisismo do pensamento, efeitos paradoxais na construção das referências, rupturas de identidade, bifurcações; e a “escrita de (des)ligação”, como em James Joyce, com obsessões (labirinto), justaposições, conexões implícitas, desconstruções gramaticais que se emaranham com o discurso oral (p. 233-234). No lado da teoria, em uma leitura materialista do idealismo, a gramática gerativa levaria a uma linguística do encaixe, por meio de uma resistência às desligações.

Concluindo a parte que relaciona discurso e linguística, temos o texto de Claudine Haroche (CNRS – Paris VII), “A elipse (falta necessária) e a incisa (acréscimo contingente)”. Haroche discute a questão da elipse e da incisa, dois mecanismos gramaticais que comportam uma parte intrínseca de implícito, devido a uma ruptura no fio do discurso: “a de uma falta no caso da elipse, e de um excedente no caso da incisa”. Está em jogo nesses casos a questão da completude da linguagem e do sujeito, bem como a dos modos de lidar com essa incompletude. Que exterior é esse que incide sobre a elipse? Ao ser teorizada na gramática, a falta da elipse evoca, segundo Haroche, uma discursividade da psicologia e do direito: “Ao desconstruir a elipse, questionando a evidência da linearidade, da desambiguação, encontramos a psicologia na Gramática: a determinação, a vontade, a responsabilidade, a autoridade, a consciência – todas elas dizem dos laços dessa psicologia com o Direito” (p. 244).

A quinta parte, “Discurso e Psicanálise”, traz três textos: um que aborda o discurso de constituição da psicanálise por Freud e dois que tratam de questões ligadas à psicose. O texto de Jean-Michel Rey (Paris VIII), “A prova da psicanálise”, traz elementos para se pensar a materialidade da língua na tradução, particularmente no campo da psicanálise. Como traduzir Freud? Há uma história e um corpus da tradução dos textos freudianos, e conceitos que uma vez traduzidos circulam e se repetem. Mas importa considerar aí o

corpo a corpo com a língua, na medida em que o texto de Freud “coloca à prova a relação de cada sujeito com a própria língua, aquela que 'nós' cremos ter ou dizer quando falamos de nossa própria língua, quando falamos nossa língua” (p. 251). O que surpreende na tradução de Freud, segundo Rey, mais do que os conceitos já estabilizados, são palavras que fazem sentido de modo decisivo em seu texto, cuja compreensão indica “como ler esse texto sem nos deixar fascinar ou cegar pelos conceitos que ele utiliza ou que desenvolve, tornando-nos, assim, atentos a sua escrita, a suas palavras, aos detalhes” (p. 255). E um dos detalhes identificados no texto freudiano é o termo “*überzehen*”, que “tem a vantagem notável de significar tanto ver (prever, apreender com o olhar, mensurar a amplitude, etc.) quanto não ver (não observar, deixar escapar, omitir etc.), de acordo com os contextos. Esse texto nunca tem, em Freud, valor de conceito, e sua tradução é a cada vez problemática” (*idem*). Segundo, Rey, essa palavra permite a Freud dizer aquilo que ele via, por que via e as consequências disso, e também mostrar “por que antes dele não se podia ver o que se tornará essencial na teoria psicanalítica: designar aquilo que decididamente seria obstáculo à apreensão da sexualidade” (p. 256).

Françoise Davoine e Jean Max Guadiillière (EHESS – Paris), no texto “O neutro do sujeito”, abordam, a partir da psicanálise, a questão da psicose, no que ela tem a ver com a linguagem, e também com a tensão entre laço social e solidão. Discutindo a noção de significante, de Lacan (“o que representa o sujeito para um outro significante”), os autores abordam o fato de que “não funciona assim quando se trata da psicose” (p. 259), e observam, dentre outras coisas, que “não é porque nesse ponto a cadeia significante se interrompe que a materialidade do discurso se para” (p. 261). No lugar do significante impossível, surgem em seu lugar “coisas que podem se parecer com palavras”. Trata-se de uma fronteira em que finda a língua, irrompem pontos heterogêneos, como em uma vocalização que produz efeitos de deformação fonemática, “em sua impossível tentativa de efetuar a inscrição”.

O último texto dessa parte, “Modesta contribuição a um elogio da debilidade”, de Évelyne Gutman (Escritora, Paris) e Alain Manier (Psicanalista, Paris), retoma a questão da psicose, mas de um outro ponto de vista, concebendo a “debilidade como qualidade”, como uma “posição que se desvia da perspectiva e da profundidade que as representações significantes abrem, por exemplo, para *ver*, além ou aquém, a *superfície* de onde a perspectiva não emergiu” (p. 271-272). A psicose é vista, nesse caso, não como “fato de fala”, mas como “fato de escritura”: uma psicose “não se escuta, *se vê*” (p. 275-277). Os autores notam a esse respeito que “por razões teóricas bem precisas, não se pode se contentar em ouvir um psicótico. É preciso também, e sobretudo, ver seus desenhos, suas pinturas, modelagens, esculturas” (p. 277). Dessa discussão, parece pertinente reter essa posição que o psicanalista sustenta em sua prática, um certo “esforço de desarticulação que deve ser feito pelo psicanalista, para ter acesso ao corpo, à linguagem e, eu diria, à lógica do psicótico”. Entre o escutar e o ver, a fala e a escrita, a descoberta e a renúncia, o posicionamento do analista se dá nos limites do que seria ou não “discursivo” nas materialidades.

Encerrando o livro, temos ainda uma sessão com textos provenientes da mesa-redonda “Discurso História-Língua”, com Antoine Culioli, Jean-Pierre Faye, Jacques Rancière e Elisabeth Roudinesco. Nessa animada reunião, acentuam-se os contornos das

diferentes posições e objetos, as aproximações e distanciamentos, as tentativas de se situar em meio às especialidades em jogo. A reelaboração do si e a abertura para o outro, bem como a recusa da onipotência do especialista e do fechamento do objeto me parecem pontos a ressaltar nesse memorável debate. Gostaria de citar, quanto a isso, uma fala do linguista Antoine Culioli, um dos participantes da mesa: “Defendo que a linguagem e o discurso não são unicamente da alçada dos linguistas, não são sua propriedade. É preciso, portanto que o discurso que vai sustentar o linguista possa se articular com o discurso que vai sustentar o historiador, o psicanalista, entre outros” (p. 298).

É impossível dizer tudo, para retomar um dos enunciados que circulam amplamente na AD, ainda que os textos que compõem o livro nos instiguem a percorrer essas “fronteiras ausentes” que caracterizam o entremeio da análise de discurso. Os que praticam a AD reconhecerão em alguns textos uma grande familiaridade, na medida em eles foram decisivos para abrir novos direcionamentos de pesquisa, mas a leitura em “língua materna” certamente despertará outros sentidos. Outros textos, menos conhecidos no Brasil, permitirão compreender melhor como as redes de especialidades sustentam os debates científicos, por vezes sem que os praticantes de uma ou outra dessas especialidades se apercebam disso. Conforme os organizadores do colóquio, as “materialidades discursivas” foram “mais um índice do que um conceito”, e por isso permitiram tantas abordagens diferentes. Ao mesmo tempo, sabendo-se hoje da ampla ressonância que obteve esse evento, podemos dizer que é imprescindível na relação entre as disciplinas levantar questões que atravessem o campo, sem fixar a perspectiva ou o objeto em uma ou outra disciplina. E também reconhecer as posições a partir das quais elas são respondidas, bem como o esforço (trabalho teórico e analítico) para produzir aí alguma articulação e algum deslocamento.

Resenha recebida em: janeiro de 2017.

Aprovada e revisada em: março de 2017.

Publicada em: abril de 2017.

Para citar este texto:

NUNES, José Horta. Materialidades Discursivas – Resenha. **Entremeios** [Revista de Estudos do Discurso], Seção Resenha, Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre (MG), vol. 14, p. 311-319, jan. - jun. 2017. (Resenha de CONEIN, B.; COURTINE, J.-J.; GADET, F.; MARANDIN, J.-M.; PÊCHEUX, M. (Orgs.). **Materialidades discursivas**. Tradução de Débora Massmann, Maria Onice Payer, José Horta Nunes, Freda Indursky, Eduardo Alves Rodrigues, Mônica Graciela Zoppi-Fontana, Tatiane Freire de Moura, Ana Cláudia Fernandes Ferreira, Greciely Cristina da Costa, Heloisa Monteiro Rosário, Eni Puccinelli Orlandi, Gabriel Leopoldino dos Santos, Luiza Katia A. Castello Branco, Mariza Vieira da Silva, Marcos Aurélio Barbai, Lauro José Siqueira Baldini, Cristiane Dias. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. 336p. [Coleção A espessura da Linguagem])

DOI: <http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol14pagina311a319>